

**ESTUDAR PARA QUÊ? A NECESSÁRIA SUPERAÇÃO DO PARADIGMA DE UMA
EDUCAÇÃO SEM SENTIDO**

***¿ESTUDIAR PARA QUÉ? LA NECESARIA SUPERACIÓN DEL PARADIGMA DE
UNA EDUCACIÓN SIN SENTIDO***

***STUDYING FOR WHAT? THE NECESSARY OVERCOMING OF THE PARADIGM OF
A MEANINGLESS EDUCATION***



Alexandre João CACHOEIRA¹
e-mail: cachoeira.alexandre@gmail.com



Joel Cezar BONIN²
e-mail: boninj7@gmail.com



Leonardo Aparecido de Lima da SILVA³
e-mail: leonardoapdelima02@hotmail.com

Como referenciar este artigo:

CACHOEIRA, A. J.; BONIN, J. C.; SILVA, L. A. de L. da. Estudar para quê? A necessária superação do paradigma de uma educação sem sentido. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 35, n. 00, e024014, 2024. e-ISSN: 2236-0441. DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v35i00.10722>



| Submetido em: 05/07/2024
| Revisões requeridas em: 14/10/2024
| Aprovado em: 21/10/2024
| Publicado em: 13/11/2024

Editores: Profa. Dra. Rosiane de Fátima Ponce
Prof. Dr. Paulo César de Almeida Raboni
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Caçador – SC – Brasil. Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pelo PPGDS-UNIARP.

² Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Caçador – SC – Brasil. Doutor em Filosofia pela PUC-PR. Professor do PPGE e PPGDS (UNIARP).

³ Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Caçador – SC – Brasil. Mestrando do PPGE-UNIARP e Bolsista (FAPESC/CAPES) Edital n.º 06/2023.

RESUMO: Este artigo resulta das ideias principais de uma pesquisa desenvolvida em uma dissertação de mestrado do primeiro autor deste artigo, intitulada “*O impacto da evasão escolar nos níveis de desenvolvimento na região do Alto Vale do Rio do Peixe*”, realizada com base em dados bibliográficos e estatísticos, buscando entender qualitativamente a relação entre o subdesenvolvimento regional e a evasão escolar. Destaca a desconexão dos estudantes com a educação, que comumente é vista como uma escolha secundária diante da necessidade de sustento, sobretudo em regiões empobrecidas como a que foi aqui investigada. A pobreza persistente em áreas rurais, em inúmeras ocasiões, obriga famílias a optarem entre o estudo ou o trabalho, fato que agrava o ciclo de evasão escolar. O artigo também discute a importância de uma educação contextualizada e significativa, capaz de engajar os jovens e de contribuir para a superação das barreiras que os distanciam da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Evasão Escolar. Juventude. Subdesenvolvimento.

RESUMEN: *Este artículo surge de las ideas principales de una investigación desarrollada en una tesis de maestría del primer autor de este artículo titulada “O impacto da evasão escolar nos níveis de desenvolvimento na região do Alto Vale do Rio do Peixe”. La investigación se realizó con base en datos bibliográficos y estadísticos, buscando comprender cualitativamente la relación entre el subdesarrollo regional y la deserción escolar. El estudio destaca la desconexión de los estudiantes con la educación, que comúnmente se ve como una opción secundaria frente a la necesidad de sustento, especialmente en regiones empobrecidas como la aquí investigada. La pobreza persistente en las zonas rurales, en numerosas ocasiones, obliga a las familias a elegir entre estudiar o trabajar, lo que agrava el ciclo de abandono escolar. El artículo también discute la importancia de una educación contextualizada y significativa, capaz de involucrar a los jóvenes y contribuir a superar las barreras que los alejan de la escuela.*

PALABRAS CLAVE: Educación. Abandono Escolar. Juventud. Subdesarrollo.

ABSTRACT: *This article results from the main ideas of research developed in a master’s thesis by the first author of this article entitled “O impacto da evasão escolar nos níveis de desenvolvimento na região do Alto Vale do Rio do Peixe”. The research was carried out based on bibliographic and statistical data, seeking to understand the relationship between regional underdevelopment and school dropout qualitatively. The study highlights the disconnection of students with education, which is commonly seen as a secondary choice in the face of the need for sustenance, especially in impoverished regions like the one investigated here. Persistent poverty in rural areas, on numerous occasions, forces families to choose between studying or working, which worsens the cycle of school dropout. The article also discusses the importance of contextualized and meaningful education, which is capable of engaging young people and contributing to overcoming the barriers that keep them away from school.*

KEYWORDS: Education. School Dropout. Youth. Underdevelopment.

Introdução

A educação brasileira é um assunto constante em eventos acadêmicos, em debates universitários e nas câmaras legislativas. De tempos em tempos, torna-se um componente importante em planos de governo e em propostas de campanhas eleitorais. É amplamente aceito nas discussões sobre o desenvolvimento das sociedades que a educação ocupa posição central entre os principais fatores que determinam o sucesso de uma nação e a qualidade de vida de seu povo. Esse fato é evidenciado pelas significativas parcelas do orçamento público destinadas à educação, assim como pelo crescente investimento do setor privado, que busca capacitar seus colaboradores em resposta à demanda crescente por uma força de trabalho mais qualificada.

O desejo por uma educação de melhor qualidade é uma característica universal, como descreve Wilson (2011) ao apresentar a ideia dos Quatro Mundos. A classificação proposta pelo autor categoriza os países em quatro grupos distintos, baseando-se em indicadores como renda *per capita*, expectativa de vida, políticas de imigração, grau de industrialização e especialização da mão de obra, entre outros fatores. Ao investigar as noções do que seria um “mundo melhor” para indivíduos de cada um dos Quatro Mundos, Wilson obteve respostas interessantes.

A visão de um “mundo melhor” varia entre os grupos. Os países do Primeiro Mundo - como Estados Unidos, China, Austrália, Canadá e Dinamarca - são marcados por altas rendas *per capita*, altos índices de desenvolvimento humano e elevados níveis de industrialização, além de baixas taxas de natalidade. Nessas nações, a ideia de um mundo melhor está associada a um governo estável e à segurança contra ameaças como guerras e terrorismo (Wilson, 2011).

O chamado Segundo Mundo, no qual o autor inclui o Brasil, além de países como Bahrein, Malásia, Turquia e alguns ex-integrantes do bloco soviético, como Polônia e Eslováquia, caracteriza-se por um desenvolvimento econômico crescente e uma industrialização em ascensão. Contudo, esses países apresentam renda *per capita* e índices de desenvolvimento humano inferiores aos observados no Primeiro Mundo. Neles, a melhoria das condições de vida, incluindo a elevação de salários e a garantia de empregos, é vista como o caminho para a construção de um mundo melhor (Wilson, 2011).

No Terceiro Mundo, que inclui países como Venezuela, Coreia do Norte, Arábia Saudita e diversas nações da África, Ásia, Oriente Médio e América Latina, o desenvolvimento é historicamente irregular. Esses países apresentam Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) médios e níveis educacionais variando de médios a baixos. Para essas populações, a ideia de um mundo melhor está associada à estabilidade no emprego e na governança (Wilson, 2011).

Por sua vez, o Quarto Mundo é composto por países que enfrentam desafios profundos, como pobreza extrema, doenças, violência e caos social, especialmente no continente africano. Essas regiões apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano e de renda *per capita*. Nesses contextos, a concepção de um mundo melhor está ligada à satisfação das necessidades mais básicas, incluindo o acesso à água, saneamento e moradia (Wilson, 2011).

Apesar das diferentes visões de um mundo melhor, um ponto comum entre todos os habitantes desses “Quatro Mundos” é o reconhecimento da educação como essencial para alcançar uma vida melhor. A educação é vista como o principal motor para a melhoria da qualidade de vida. Indicadores importantes, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são equacionados, levando em conta o fator educacional das sociedades. Não existem economias sólidas, nem países altamente industrializados e tecnológicos, tampouco altos índices de qualidade de vida da população sem que tenha havido, em algum momento da história, o entendimento de um necessário, robusto, contínuo e coordenado investimento na educação.

Este texto tem como objetivo discutir como a educação no país enfrentou e continua a enfrentar inúmeros desafios nos últimos anos, bem como as consequências prejudiciais decorrentes dessa situação para a compreensão de que a educação é, inequivocamente, um caminho viável para o aprimoramento da qualidade de vida. No entanto, para muitos jovens e adultos, esse valor ainda pode não ser percebido ou reconhecido como um bem pessoal e social.

A evolução educacional no Brasil: um processo multifacetado e marcado por inconstâncias.

O Brasil, enquanto nação, foi historicamente negligente com a educação. Nunca houve um projeto de Estado conciso e concreto para a educação que, de fato, saísse do papel para ser aplicado e obtivesse sucesso. Ao examinar a trajetória da educação como um direito e sua implementação por meio de políticas públicas, emerge a percepção de que as bases políticas do Brasil vêm do liberalismo, estabelecidas desde o Império, mas que o Estado nacional se apropriou somente da concentração de riqueza. Araujo (2011) esclarece que, mesmo o liberalismo clássico, como expresso na obra *A Riqueza das Nações*, de Smith (1983), defendia que a educação não poderia ser vista como uma atividade lucrativa. Portanto, caberia ao Estado a sua organização e financiamento, como parte das intervenções previstas no contexto do Estado Mínimo. Contudo, ao longo do desenvolvimento dessa temática, Araujo (2011) destaca que o

Brasil seguiu um caminho distinto do ideal liberal clássico, ao menos no que tange à educação, demonstrando pouco esforço para organizar um sistema educacional nacional.

Foi apenas nas primeiras décadas do século XX, já sob o paradigma republicano, que a educação começou a ser reconhecida como um direito a ser assegurado pelo Estado. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foi criado, por meio do Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Este decreto determinava que todos os assuntos relacionados ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar seriam supervisionados por essa nova pasta governamental, estabelecendo um marco significativo na organização do sistema educacional e de saúde no Brasil.

Ficarão pertencendo ao novo Ministério os estabelecimentos, instituições e repartições públicas que se proponham à realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2º como são, entre outros, o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamim Constant, a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Braz, a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial, o Departamento de Saúde Pública, o Instituto Osvaldo Cruz, o Museu Nacional e a Assistência Hospitalar (Brasil, 1930, n. p.).

Os primeiros anos do século XX ficaram marcados por uma transformação profunda nos padrões de consumo em nível global, motivada pela crescente industrialização e pelo fortalecimento da economia de consumo nos Estados Unidos. A propaganda capitalista no período pós-Primeira Guerra Mundial difundiu mundialmente o *American Way of Life*, que promovia o estilo de vida americano, fundamentado no liberalismo, no consumismo e na liberdade associada ao capitalismo. Esse processo culminou na expansão dos mercados, no desenvolvimento de novas tecnologias e na consequente necessidade de uma força de trabalho mais especializada.

A primeira guerra que devastou a Europa, teve impacto econômico em escala mundial. O principal mercado consumidor da produção norte-americana passou por um período de reconstrução, o que afetou diretamente as importações, gerando um excedente de produção e um forte desequilíbrio na balança comercial dos Estados Unidos, culminando na crise de 1929 e no colapso da bolsa de valores de Nova York. O Estado brasileiro, que também sofreu efeitos semelhantes, particularmente no setor de *commodities* como o café, principal produto de exportação, precisou reorganizar-se política e economicamente para enfrentar a crise.

Cano (2015) explica que a crise de 1929 teve um impacto profundo na América Latina.

A maioria dos países latino-americanos enfrentou pressão dos EUA e da Inglaterra, que

impuseram acordos desfavoráveis e aumentaram tarifas sobre as exportações da região. Isso resultou em uma redução significativa da capacidade de importação, no esgotamento das reservas e em severas restrições às finanças públicas, prejudicando a continuidade das políticas econômicas liberais.

A resposta à crise variou entre os países latino-americanos: Venezuela, Equador e os países da América Central foram lentos em reagir, esperando uma retomada do liberalismo econômico. Em contraste, Brasil, Argentina, México e Chile agiram rapidamente, substituindo governos liberais por meio de revoluções ou eleições e implementaram mudanças substanciais nas políticas econômicas, além de uma maior intervenção do Estado na economia. Entre esses países, o Brasil destacou-se ao adotar políticas voltadas à proteção da renda e do emprego, além de promover a industrialização como estratégia para superar a crise e modernizar a economia (Cano, 2015).

Essa mudança em direção à industrialização exigiu também uma reforma educacional, com o objetivo de formar a mão de obra necessária para a nova indústria. Tal panorama pode ter sido um dos fatores que motivaram o Estado a promover as primeiras políticas públicas voltadas à educação. Foi nesse contexto que a década de 1930 trouxe em seu bojo importantes debates sobre a educação brasileira. Em 1932, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e outros intelectuais brasileiros publicaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, propondo uma modernização da educação em relação ao modelo tradicional, que era focado no ensino. A Educação Nova, por sua vez, passou a propor uma educação voltada também para o aprendizado (Andreotti, 2006).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 19 de março de 1932, constituiu um marco na história da educação no Brasil ao propor uma reforma profunda no sistema educacional do país. Entre os principais pontos elencados no documento, estava a concepção da educação como um dever do Estado e um direito de todos os brasileiros, independentemente de classe social, raça ou gênero. O texto defendia, ainda, a criação de uma escola pública que fosse gratuita, laica, obrigatória, universal e acessível. Além disso, os Pioneiros propuseram a ideia de uma educação integral, com o objetivo de promover o desenvolvimento completo do indivíduo, abordando aspectos físicos, intelectuais e morais.

Em nível constitucional, foi somente a partir de 1934 que a educação entrou, de fato, como pauta legítima. Naquele ano, pela primeira vez, o Estado atribuiu para si a responsabilidade por traçar as diretrizes de uma educação nacional. Tal posicionamento encontra-se descrito no artigo 149 da Constituição Federal de 1934:

a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação e desenvolva num espírito brasileiro, a consciência da solidariedade humana (Brasil, 1934, art. 149).

Com exceção de pequenas alterações realizadas ao longo dos anos e nas demais constituições brasileiras a partir de 1934, foi somente na Constituição Federal de 1988 que a educação teve, de fato, uma organização complexa, mais plural e mais bem definida em suas funções e atribuições. No texto, em vigor até os dias de hoje, a educação figura como um importante direito social, um direito de todos, um dever do Estado e da Família. A Constituição assevera que a educação deve ser promovida com a colaboração da sociedade em geral, e que suas duas principais atribuições são formar para o pleno exercício da cidadania e preparar para o mercado de trabalho, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa (Brasil, 1988).

A educação no Brasil é uma questão histórica e central nas discussões sociais, políticas e ideológicas, abrangendo todas as camadas da sociedade. É vista por muitos como uma ferramenta transformadora capaz de enfrentar problemas crônicos, como o desemprego e as desigualdades sociais, oferecendo oportunidades para famílias que antes não tinham acesso à educação. Para essas pessoas, a educação representa emancipação e transformação social.

Por outro lado, há quem a considere um mecanismo de perpetuação da desigualdade, controlado por uma elite que mantém a maioria da população em uma posição subalterna. Esse grupo critica a ideia de meritocracia e de competição, argumentando que as melhores oportunidades são dominadas por aqueles com mais recursos. Darcy Ribeiro destaca que o controle da educação é uma conquista das elites, e o sucateamento do sistema educacional é uma estratégia deliberada para manter a submissão da população. Para ele, o fracasso educacional é uma falácia, pois reflete ações coordenadas de controle, e não tentativas genuínas de resolver os problemas do setor.

A eficácia total, entretanto, eficácia diante da qual devemos nos declinar – aquela que é realmente o grande feito que nós, brasileiros, podemos ostentar diante do mundo como único – é a façanha educacional da nossa classe dominante. Esta é realmente extraordinária! E por isso é que eu não concordo com aqueles que, olhando a educação desde outra perspectiva, falam de fracasso brasileiro no esforço por universalizar o ensino. Eu acho que não houve fracasso algum nessa matéria, mesmo porque o principal requisito de sobrevivência e de hegemonia da classe dominante que temos era precisamente manter o povo chucro (Ribeiro, 2013, p. 14).

Também é importante mencionar um grupo crescente de pessoas, influenciado por moralismos superficiais e ideologias extremistas, que enxerga a educação como um elemento subversivo e negativo, acreditando que ela tem como objetivo fragmentar a sociedade e destruir as famílias. Esses indivíduos sustentam que a educação introduz conceitos distorcidos sobre gênero e estrutura social, além de promover a doutrinação ideológica. Embora discursos dessa natureza já existam há algum tempo, eles se intensificaram nos últimos anos em razão da polarização política e do crescimento das redes sociais, que facilitam a disseminação dessas ideias.

Um exemplo é o debate em torno do projeto de Lei n.º 867/2015, conhecido como “Escola Sem Partido”, que buscou restringir o pensamento crítico nas escolas. Esse conservadorismo, que ganhou espaço no cenário político brasileiro, visava a silenciar iniciativas educacionais que fomentassem reflexão e questionamento, essenciais para uma sociedade consciente. A polarização política, acentuada na última década, impulsionou essa agenda, transformando a educação em um alvo frequente de ataques conservadores, que se opunham ao desenvolvimento do senso crítico e ao combate à desinformação.

Se antes havia pouco espaço para a defesa de ideias retrógradas, as redes sociais proporcionaram palanques imensos e quase irrestritos para a propagação e divulgação de ideias extremistas. A polarização política se acirrou sob o jugo dos algoritmos virtuais, que agem como grandes redemoinhos prontos a dragar quem quer que se aproxime demais sem o devido cuidado. Por sua vez, o ensino público, principal meio de formação que pode afastar um público vulnerável dessas armadilhas - tem sido constantemente atacado (Cachoeira; Grobe; Bonin, 2023, p. 443).

Mencionar tal exemplo é fundamental para demonstrar que, por tratar-se de um conceito tão amplo e abrangente, a educação sustenta uma miríade de opiniões a seu respeito. Essas visões são fundamentadas em termos concretos, mensuráveis e auditáveis como verdades, inverdades, fatos, dados estatísticos e estudos científicos, tal como o presente trabalho. No entanto, a educação também se ancora em termos mais subjetivos, como a esperança do povo e a crença de que ela contém a centelha para a construção de um novo mundo possível, de uma sociedade mais equânime e justa. Acreditar, duvidar e nutrir esperanças na educação compõem o vasto leque de sentidos que fazem desse um tema tão rico, polêmico e relevante para a formação de uma nação.

No contexto desta pesquisa, não se adota uma única perspectiva. Por ser um tema tão complexo e abrangente, é inviável supor que as soluções para os problemas educacionais sejam

simplórias. A questão educacional envolve variados fatores e múltiplas possibilidades, de modo que uma única resposta não é suficiente para abordar a totalidade dos desafios. Nesse sentido, a análise do quadro educacional brasileiro por Darcy Ribeiro é cirúrgica e, apesar de estar situada na década de 1980, infelizmente ainda é atual. Antropólogo, etnólogo, político e, sobretudo, educador, Ribeiro nos ensina que a crise na educação brasileira não é um evento isolado, mas sim um programa, um projeto de nação. Esse projeto foi elaborado e estruturado para garantir a manutenção do *status quo* e a perpetuação do poder econômico, político e social das elites brasileiras. Ao longo da história do país, há evidências claras de que o Brasil foi meticulosamente organizado para atender aos interesses dessas elites (Ribeiro, 2013). E é nesse contexto que o próximo tópico visa a nos situar: como pensar um país desenvolvido se o maior gargalo social ainda se encontra na encruzilhada entre acesso e sucesso escolar?

A educação entre a Cruz e a Espada: o dilema entre o acesso e a qualidade da educação no Brasil

A ampliação do acesso à educação no Brasil é muito recente. Os maiores e mais efetivos esforços do Estado, nesse sentido, surgem somente após a Constituição Federal de 1988. Até então, somente as elites brasileiras possuíam os recursos para buscar formação, muitas vezes, no exterior. Consequentemente, esses indivíduos também detinham os acessos, os contatos e as oportunidades para alcançar cargos e posições que lhes permitiam interferir nos rumos das políticas nacionais, desde as econômicas até as sociais. Aos milhões de brasileiros analfabetos, herdeiros dos estigmas da escravidão e do desinteresse político nos sertões e nas regiões mais distantes das grandes capitais brasileiras, restava apenas plantar e colher frutos que não lhes pertenciam em uma terra que jamais lhes seria própria, a menos que um dia pudessem pagar por ela (Ribeiro, 2013).

Outrossim, a partir da década de 1990, o Brasil implementou diversos programas para incentivar a educação, visando a ampliar o acesso e a melhorar a qualidade do ensino. Um dos principais foi o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), que vigorou de 1998 a 2006, assegurando a redistribuição de recursos para o financiamento da educação fundamental, valorizando professores e infraestrutura escolar. Em 2007, o Fundef foi substituído pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização dos Profissionais da Educação) que abrangia toda a educação básica. Outro destaque foi o Programa Bolsa Escola, lançado em 1995, que serviu de base para o Bolsa Família, exigindo frequência escolar mínima para o

recebimento do benefício. O Auxílio Brasil, lançado em 2021, manteve essa exigência, e o Bolsa Família foi reformulado em 2023.

Para a educação superior, o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, visou a ampliar o acesso ao ensino superior por meio de bolsas para estudantes de baixa renda. Em 2010, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi estabelecido, facilitando o ingresso em universidades públicas com base nas notas do Enem. No âmbito do ensino técnico, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado para expandir o acesso à formação profissional, oferecendo cursos gratuitos em parceria com instituições públicas e privadas, visando a qualificar jovens e trabalhadores.

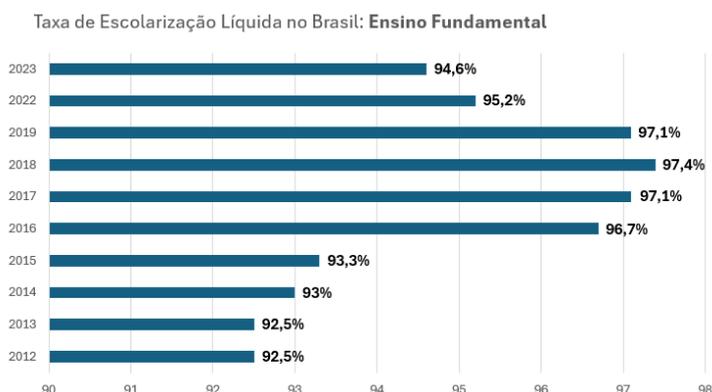
Dados sobre a escolarização no Brasil oferecem um panorama atualizado da situação educacional. Segundo a PNAD Contínua de 2022, a taxa de escolarização bruta da população entre 6 e 14 anos permaneceu alta, atingindo 99,4%. No entanto, a taxa de frequência escolar líquida, que considera a adequação entre a série e a idade, apresentou uma queda significativa, passando de 97,1% em 2019 para 95,2% em 2022, o menor nível desde 2016. Em contrapartida, a taxa de escolarização bruta dos jovens entre 15 e 17 anos subiu de 89% em 2019 para 92,2% em 2022. Além disso, houve um aumento na proporção daqueles que estavam na etapa adequada do ensino médio, ou já o haviam concluído, passando de 71,3% em 2019 para 75,2% em 2022 (Ferreira; Gomes, 2023).

A taxa de escolarização bruta é um indicador que relaciona o total de matrículas em uma etapa de ensino com a população da faixa etária correspondente, sem considerar se os alunos estão na idade adequada. Por exemplo, o ensino médio, em linhas gerais, compreende alunos de 15 a 17 anos, incluindo aqueles fora da faixa etária por repetência ou antecipação, e podendo, assim, ultrapassar 100%. Em contraste, a taxa de escolarização líquida é mais precisa, considerando apenas os alunos na faixa etária esperada. Para o ensino médio, ela é calculada pela razão entre o número de alunos de 15 a 17 anos matriculados e a população total dessa faixa etária. Assim, a taxa líquida é sempre menor que 100%, refletindo quantos jovens estão estudando, efetivamente, na etapa de ensino apropriada para sua idade.

Nesse sentido, levantamentos atualizados dos indicadores de escolarização líquida, que levam em consideração o fator da idade e série adequados, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, indicam uma queda, sentida a partir da pandemia da COVID-19. Para os matriculados na etapa do Ensino Fundamental, a taxa de escolarização líquida caiu de 95,2% em 2022 para 94,6% em 2023. Esse movimento de recuo também foi observado, ainda que de maneira mais discreta, na etapa escolar do Ensino Médio, cuja taxa de escolarização

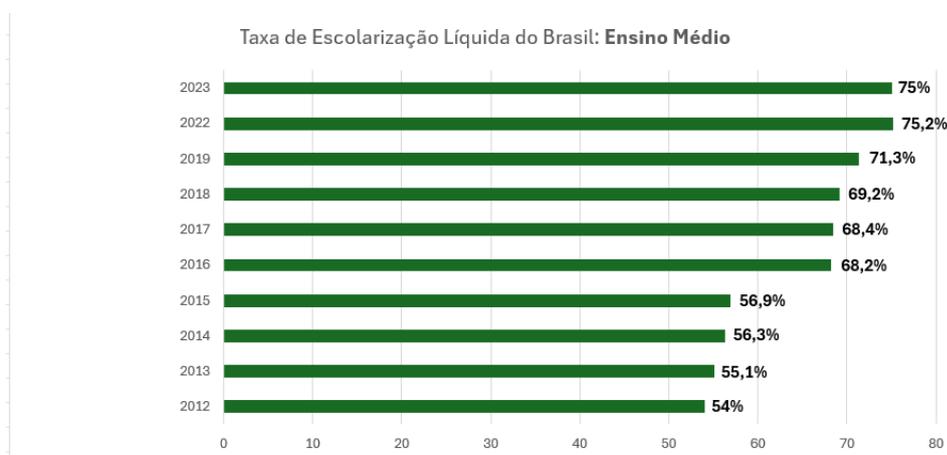
líquida caiu de 75,2% em 2022 para 75% em 2023. Reforça-se, aliás, que esses dados foram obtidos pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e podem ser conferidos nos gráficos abaixo:

Gráfico 1 – Taxa de escolarização líquida no Brasil para o Ensino Fundamental



Fonte: Elaboração dos autores com dados da PNAD Contínua⁴.

Gráfico 2 – Taxa de escolarização líquida no Brasil para o Ensino Médio



Fonte: Elaboração dos autores com dados da PNAD Contínua⁵.

Os dados relacionados acima apontam que, ao longo de pouco mais de uma década, houve uma considerável evolução no acesso à educação. Programas de fomento, como os já citados anteriormente, associados a uma maior oferta de vagas e à ampliação da rede escolar podem ser fatores que contribuíram para essa melhoria. É preciso destacar que, nos anos de

⁴ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 05 maio 2024.

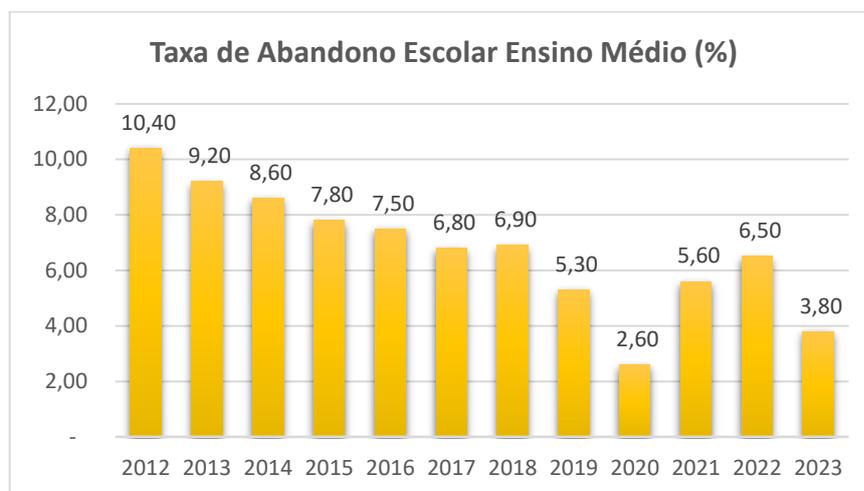
⁵ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 05 maio 2024.

2020 e 2021, os levantamentos da PNAD Contínua foram suspensos devido à pandemia da covid-19, sendo retomados apenas em 2022. Por esse motivo, os referidos anos não constam nas tabelas.

Apesar dos avanços, observa-se que, a partir de 2018, especialmente no Ensino Fundamental, houve uma queda na taxa de escolarização líquida. Esse fenômeno pode ser explicado pelos dados da plataforma QEdú, que compila e organiza informações sobre a educação no Brasil, fornecendo indicadores como níveis de aprendizado, notas do IDEB, dados demográficos, censo escolar e taxas de rendimento. Entre 2018 e 2023, registrou-se uma redução de cerca de 700 mil matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, nos anos de 2021 e 2022, durante o auge da pandemia da COVID-19, observou-se um leve aumento na taxa de evasão escolar para o Ensino Fundamental. A combinação da redução de matrículas com o aumento da taxa de abandono pode ser considerada um dos fatores que contribuíram para a queda desse indicador.

O progresso no acesso à educação no Brasil não necessariamente se traduz em uma melhoria na qualidade educacional. Existem dados preocupantes sobre o desempenho dos jovens estudantes que precisam ser avaliados para entender melhor os desafios educacionais do país. Dois indicadores importantes para essa análise são o IDEB e os índices de abandono escolar. Enquanto indicadores quantitativos como a taxa de escolarização medem acesso, o IDEB e o abandono escolar fornecem informações qualitativas que ajudam a refletir sobre a qualidade da educação nas escolas públicas e sobre as razões que levam os jovens a abandonarem os estudos antes da conclusão dessa importante etapa de formação educativa.

Ademais, os números indicam que o maior problema relacionado ao abandono escolar reside na etapa do Ensino Médio. Até o início do mês de setembro de 2024, não estavam disponíveis os dados mais recentes com relação à evasão escolar na referida etapa. Não obstante, na sequência, apresenta-se o gráfico que segue demonstra dados muito importantes sobre o abandono escolar no Ensino Médio em nosso país desde 2012:

Gráfico 3 – Evolução da taxa de abandono escolar no Brasil para o Ensino Médio

Fonte: Elaboração dos autores com dados da PNAD Contínua⁶.

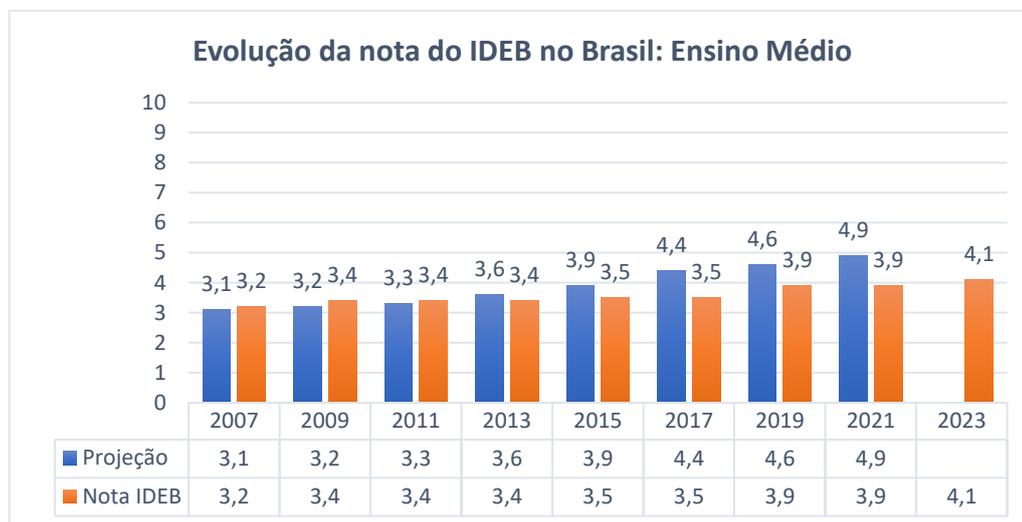
Percebe-se que, ao longo do período referenciado (2012-2023), houve um movimento decrescente da taxa de abandono escolar, motivado por variados fatores, como melhorias com relação ao acesso à educação, construção de mais escolas, aumento dos investimentos em educação, reformulação dos programas sociais de transferência de renda e ações de desincentivo à reprovação. O ano de 2020 foi o período com a menor taxa de abandono escolar de que se tem registro. Porém, o que deixou as autoridades e os pesquisadores em alerta foi o movimento que se seguiu aos anos de 2021 e 2022, durante e após a pandemia, quando a taxa de abandono escolar voltou a subir. Dados mais recentes, contudo, já demonstram uma nova queda para o cenário, indicando a possibilidade de que, para os próximos anos, a tendência possa ser de um novo declínio na taxa de abandono escolar.

Todavia, talvez o indicador mais alarmante seja, de fato, a nota do IDEB. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador usado pelo Ministério da Educação desde 2007 para avaliar a qualidade da educação nas escolas públicas e privadas do Brasil. Sua nota é calculada a partir de dois componentes: o desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas, como a Prova Brasil ou o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e a taxa de aprovação escolar, que mede a proporção de alunos que avançam de série sem repetência. O desempenho é avaliado em língua portuguesa e em matemática, e a taxa de aprovação reflete a eficiência escolar, garantindo que os alunos realmente progridam de acordo com sua idade. O cálculo do IDEB resulta do produto entre o desempenho nas avaliações e a

⁶ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 25 ago. 2024.

taxa de aprovação, o que significa que escolas com melhores notas combinam bons resultados acadêmicos com a progressão regular dos alunos, o que pode ser visto no gráfico que segue:

Gráfico 4 – Evolução da nota do IDEB no Brasil para o Ensino Médio



Fonte: Dos autores com dados da plataforma QEdU (2023).

O gráfico anterior apresenta dois conjuntos de dados. As colunas em azul representam uma projeção, uma estimativa da nota do IDEB esperada para o período de referência, realizada pelo Ministério da Educação com base em metas estabelecidas para cada escola, município e estado. Tais metas são definidas a partir de dois fatores principais: o desempenho histórico de cada unidade escolar ou rede de ensino no próprio IDEB e o crescimento necessário para alcançar padrões de qualidade da educação que aproximem o Brasil dos níveis de desempenho internacional.

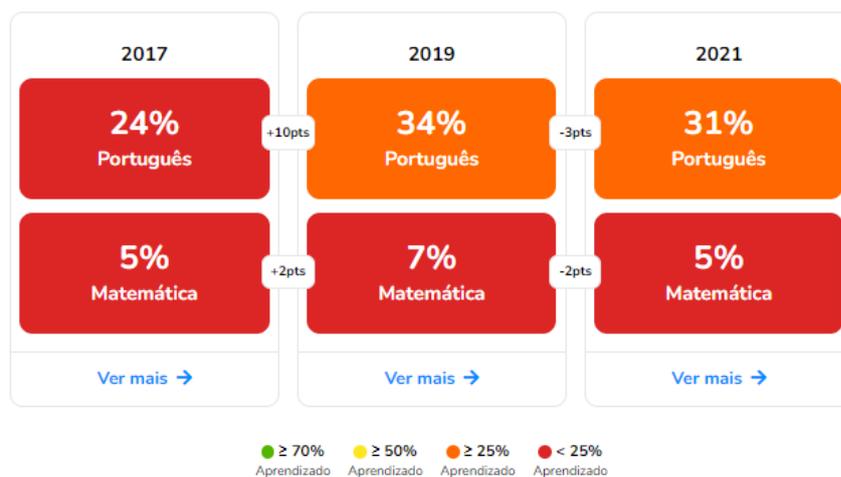
As colunas em laranja representam, por sua vez, a nota do IDEB para o Brasil em cada respectivo biênio analisado. Como se pode verificar na tabela de dados logo abaixo da ilustração das colunas, as notas do IDEB, desde 2007, variaram muito pouco, demonstrando um quadro de estagnação na qualidade da educação, tendo em vista que essa nota performou sempre abaixo do esperado para todo o período analisado. Uma nota ideal e adequada para o IDEB do ensino médio brasileiro seria 6.0, de acordo com as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação. Esse valor é considerado um parâmetro internacional, equivalente ao desempenho de países desenvolvidos. Alcançá-la no ensino médio indicaria que o Brasil está oferecendo uma educação de qualidade, tanto em termos de aprendizado dos estudantes (em disciplinas como língua portuguesa e matemática) quanto na eficiência escolar, refletida pela taxa de aprovação e pela diminuição da evasão. Todavia, entre o ideal e o real existem grandes controvérsias.

A situação se torna ainda mais grave quando se observa a realidade do nível de aprendizado dos jovens no Ensino Médio. A nota final do IDEB, que leva em consideração, de forma central, o fator de aprendizagem em Matemática e Língua Portuguesa, avaliado por meio das provas do SAEB, está diretamente ligada à taxa de aprovação escolar. Dessa forma, quanto pior for o nível de aprendizado, pior será a nota final, mesmo que a taxa de aprovação seja alta. Isso configura um grande dilema, pois o conceito subjacente a essa relação já apresenta uma dicotomia que exige constante problematização. É contraditório que os jovens avancem nas etapas escolares sem dominar as linguagens essenciais, como o português e a matemática.

Embora as taxas de abandono escolar estejam diminuindo, o nível de aprendizado no Ensino Médio brasileiro está em declínio. O esperado seria que, com a redução do abandono, os níveis de aprendizado aumentassem. No entanto, a realidade revela que esse movimento é inversamente proporcional, mostrando que a situação do Ensino Médio no Brasil é preocupante.

O quadro a seguir relaciona o percentual de estudantes do Ensino Médio com aprendizado adequado em matemática e português nos biênios referenciais entre 2017 e 2021:

Quadro 1 – Percentual de aprendizado adequado para o Ensino Médio no Brasil



Fonte: QEdu (2023).

Tais dados indicam que o aprendizado dos alunos do Ensino Médio no Brasil é alarmantemente insatisfatório, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Em 2021, apenas 5% dos alunos do terceiro ano do ensino médio em escolas públicas apresentaram aprendizado adequado em matemática, enquanto apenas 31% demonstraram domínio em Língua Portuguesa. A avaliação do IDEB, realizada a cada dois anos revela que, ao longo de quase 20 anos, a educação brasileira evoluiu muito pouco, especialmente no Ensino Médio e

que essa etapa educativa não foi capaz de acompanhar as demandas da sociedade e do mercado de trabalho, indicando um retrocesso na qualidade educacional.

A análise gráfica dos resultados evidencia um declínio geral na qualidade da educação no Brasil, com as notas dos alunos constantemente abaixo das metas estabelecidas. O ano de 2021 destacou-se negativamente, refletindo os prejuízos da pandemia da COVID-19, que causou um aumento no número de crianças e adolescentes fora da escola: de 1,1 milhão em 2019 para 5,1 milhões em 2020. Segundo o estudo “*Cenário da Exclusão Escolar no Brasil - um Alerta sobre os Impactos da Pandemia da Covid-19 na Educação*”, realizado pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pelo Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), a suspensão das aulas presenciais e a dificuldade de acesso à internet contribuíram para a exclusão educacional, resultando em um cenário crítico para a formação dos jovens no país (Tokarnia, 2021).

O indicador que não está escrito: a urgente necessidade de *sentido e contexto* na educação brasileira

Conforme debatido até aqui, apesar da melhora em vários aspectos da educação brasileira nas últimas duas décadas, principalmente no tocante ao acesso das crianças e jovens à escola, o Ensino Médio ainda é um gargalo preocupante. Em 2023, 36,3% dos jovens brasileiros que estavam fora da escola haviam se evadido do Ensino Médio (Qedu, 2023). A diminuição das taxas de reprovação e abandono escolar ao longo da última década indica, de fato, um esforço para manter os jovens na escola. No entanto, esse esforço não se reflete em uma melhoria nas notas do IDEB, o que sugere que, ao longo de cerca de 20 anos, houve pouca ou nenhuma melhoria na qualidade da educação oferecida aos jovens que cursam essa etapa escolar.

O principal fator responsável pela evasão escolar entre os jovens continua sendo a pobreza. Dados de 2023 indicam que 47,2% dos jovens fora da escola, sem ter concluído a educação básica, viviam em situação de pobreza. Aproximadamente 14,7 milhões de jovens, o que corresponde a 1/3 da população jovem brasileira de 15 a 29 anos, enfrentam essa condição. Entre os jovens que não concluíram a educação básica, 41,8% relataram que a principal razão foi a necessidade de trabalhar. Outros 23,5% afirmaram não ter interesse em estudar, e 9,6% disseram ter abandonado os estudos devido à gravidez (QEdu, 2023).

Soma-se a esse cenário uma crescente descrença por parte dos jovens com relação ao estudo e ao enquadramento no mercado de trabalho. Basicamente, uma parcela cada vez maior

de jovens não acredita mais que vale a pena estudar e se especializar, uma vez que o mercado de trabalho não é capaz de absorver toda a mão de obra. Narrativas cada vez mais frequentes sobre “engenheiros formados trabalhando de Uber” contrastam com a realidade de muitos pais de família que estudaram pouco ou que não estudaram e ainda assim conseguiram trabalhar e sustentar a família. Há também a narrativa do empreendedorismo, fervilhante entre os jovens e impulsionada pelas redes sociais como uma nova atualização do *sonho americano*⁷.

Atualmente, muitos jovens veem o empreendedorismo como a principal forma de alcançar liberdade financeira e realização pessoal, considerando-o uma alternativa mais atraente ao emprego tradicional. Essa nova concepção sugere que é possível criar negócios e gerar riqueza usando ferramentas digitais, independentemente da localização.

Entretanto, essa valorização do empreendedorismo pode levar à descrença na educação formal como meio de melhorar as condições de vida. Muitos jovens acreditam que a educação tradicional não oferece as habilidades necessárias para o sucesso nos negócios, especialmente ao se depararem com histórias de empreendedores bem-sucedidos sem diploma universitário. As redes sociais reforçam tal ideia, destacando casos de sucesso de autodidatas e fazendo com que os jovens priorizem oportunidades de negócios, crenças de um sucesso rápido, em detrimento de uma formação acadêmica.

Essa mudança na percepção sobre o sucesso pessoal criou um ciclo em que o foco no empreendedorismo parece mais atraente, mas também resulta, na maioria das vezes, em desilusão diante dos desafios de iniciar e de manter um negócio. A falta de uma educação financeira sólida pode limitar o acesso a informações e a redes de contatos necessárias para o crescimento dos empreendimentos, além dos fatores limitantes da falta de recursos próprios para a manutenção dos negócios. Além disso, a latente descrença na educação formal não se sustenta pelos dados, pois em 2023, a maioria das vagas de emprego formais no Brasil foi ocupada por pessoas com ensino superior completo, conforme mostra o quadro abaixo:

⁷ O sonho americano é a ideia de que qualquer pessoa, independentemente de sua origem, pode alcançar sucesso e prosperidade por meio do trabalho árduo e da determinação. Esse conceito, associado à vida nos Estados Unidos, enfatiza a busca por liberdade, oportunidades econômicas e um futuro melhor, simbolizado pela possibilidade de possuir uma casa, ter um bom emprego e garantir uma educação de qualidade para os filhos. No entanto, a realidade desse sonho pode ser complexa, pois nem todos conseguem alcançá-lo devido a fatores como desigualdade social e barreiras econômicas. Assim, o sonho americano transmutado para o Brasil apresenta-se apenas uma quimera enganosa.

Quadro 2 – Percentual de aprendizado adequado para o Ensino Médio no Brasil

Taxa de Ocupação por nível de escolaridade - Brasil - 2023

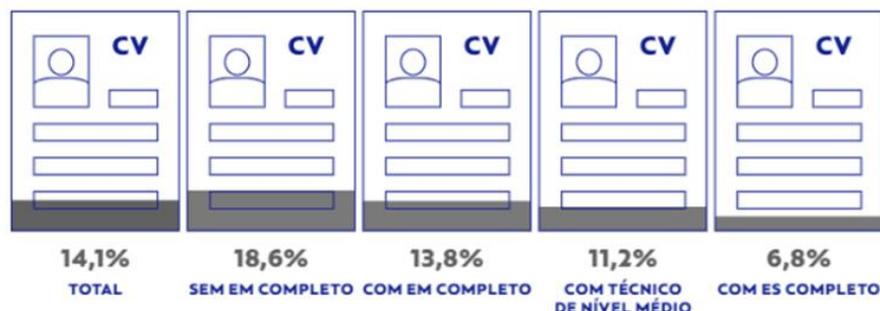


Fonte: QEdu (2023).

O gráfico demonstra que 54,6% dos jovens de 15 a 29 anos estão ocupados formalmente, isto é, com carteira assinada e contribuição previdenciária. Dentre eles, 35,4% não possuem o ensino médio completo, mas 64,4% conseguiram completá-lo. Outros 74,6% possuem Curso Técnico de Nível Médio. Porém, a maioria das vagas formais de trabalho para essa faixa etária são ocupadas por pessoas com Ensino Superior completo (84,4%). Em contrapartida, os jovens, principalmente os menos qualificados, são os primeiros a serem dispensados das vagas de trabalho. Eles encontram mais dificuldade para se reinserir e ocupam posições de maior vulnerabilidade. Dentre os jovens de 15 a 29 anos que estão desempregados, a maioria (18,6%) não possui o Ensino Médio completo. Quanto maior a escolaridade, menor a taxa de desemprego entre os jovens, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 3 – Percentual de aprendizado adequado para o Ensino Médio no Brasil

Taxa de desemprego por nível de escolaridade - Brasil - 2023



Fonte: QEdu (2023).

Os dados apresentados anteriormente desafiam e desmentem a ideia de que a educação perdeu sua relevância. Na verdade, a situação atual é bastante diferente. Cinquenta anos atrás, era possível ingressar no mercado de trabalho com apenas alguma experiência e conhecimentos básicos em operações matemáticas e no funcionamento de máquinas que, na época, eram predominantemente mecânicas. No entanto, isso já não é mais suficiente. Os computadores operam de maneira cada vez mais complexa, e a inovação, junto com a implementação de novas tecnologias, tornou-se fundamental para a competitividade das empresas, tanto no cenário nacional quanto no internacional.

Essa dinâmica não se restringe apenas à indústria: o mercado de trabalho, em geral, está constantemente adotando novas formas de negociação e gerenciamento de recursos e pessoas. Além disso, o crescimento do *e-commerce* e a diversidade de seus serviços apresentam novos desafios, exigindo maior qualificação e o desenvolvimento de novas habilidades em um ambiente cada vez mais globalizado e instável. Nesse contexto, a educação formal e a qualificação são, de fato, indispensáveis para o enquadramento no mercado de trabalho.

Entretanto, a educação carece, enfim, de significado e de contexto para fazer sentido. E essa constatação não é recente. Paulo Freire, renomado educador e patrono da educação no Brasil, oferece uma análise profunda e enriquecedora sobre o tema. Em seus escritos, ele enfatiza que a verdadeira educação não pode ser unilateral. Para ilustrar, Freire introduz o conceito de educação bancária, em que o aluno é tratado como um recipiente ou depósito de conhecimento. Nesse modelo, a educação segue um caminho de mão única, ignorando as experiências, os sonhos, as limitações e as capacidades dos alunos:

A educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam (Freire, 1987. p. 58).

Uma educação enraizada no mundo da vida deve priorizar o protagonismo do estudante, promovendo um diálogo com as diversas realidades e incentivando debates que transcendam o aspecto técnico. É fundamental considerar o contexto social, abordando as necessidades, carências, potencialidades e particularidades dos diferentes espaços. Há quatro décadas, o convívio humano estava restrito a um espaço físico e geográfico; no entanto, com o advento da internet, essas fronteiras foram ultrapassadas. O acesso a uma vasta gama de informações, tanto

verdadeiras quanto falsas, ocorre em um ritmo acelerado. Se a educação não considerar o papel do aluno nesse novo cenário complexo e expansivo, poderá contribuir para a propagação da desinformação:

Desprezar o protagonismo do aluno diante do conhecimento é um paradigma muito antiquado de educação, que já mudou muito ao longo dos anos, especialmente à luz da internet, que aproximou os alunos do acesso a todo tipo de informação (Cachoeira; Grobe; Bonin, 2023, p. 432).

Conceber uma forma de educação que supere o paradigma da educação bancária não é uma ambição recente. Além de Paulo Freire, outros educadores brasileiros, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, também se dedicaram a transformar a educação em uma ferramenta para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Teixeira foi um grande defensor da educação pública, gratuita e de qualidade, lutando pela criação de um sistema educacional acessível a todos. Darcy Ribeiro, por sua vez, era um visionário que buscava uma educação que respeitasse e valorizasse as diversidades culturais e regionais do Brasil, sendo responsável pela criação de instituições inovadoras como os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

Os CIEPs, idealizados por Darcy Ribeiro e implementados no Rio de Janeiro durante o governo de Leonel Brizola nos anos 1980, foram escolas públicas de tempo integral. Seu objetivo era oferecer uma educação completa para crianças e adolescentes de comunidades carentes, integrando ensino de qualidade com atividades culturais e esportivas, além de assistência social e de saúde. Com uma infraestrutura robusta, essas escolas ofereciam um ambiente adequado para o desenvolvimento integral dos alunos, incluindo salas de aula, bibliotecas, quadras esportivas e teatros. Localizados em áreas vulneráveis, buscavam ampliar as oportunidades educacionais para esses jovens, com uma proposta pedagógica inovadora que combinava disciplinas tradicionais com atividades artísticas e esportivas, visando a formar cidadãos críticos e preparados para os desafios sociais.

Embora tenham causado um impacto positivo inicial, os CIEPs enfrentaram dificuldades como falta de financiamento devido às mudanças governamentais, o que levou a períodos de abandono e adaptações. Apesar disso, os CIEPs deixaram um legado significativo e continuam sendo um exemplo de uma abordagem educacional mais inclusiva e integrada.

De todo modo, ainda temos um grande problema: o sentimento de desconexão dos jovens em relação à educação. Muitos alunos frequentemente questionam a relevância de conteúdos como fórmulas de química, equações matemáticas complexas e conceitos de física em suas vidas. Esses questionamentos são válidos, especialmente no contexto do Ensino Médio

no Brasil, que enfrenta altos índices de evasão escolar. O foco do sistema educacional, muitas vezes, está em preparar os alunos para provas como o vestibular e o ENEM, em vez de considerar suas aspirações e realidades pessoais. A falta de orientação e acompanhamento para auxiliar os jovens a se manterem nos estudos resulta em uma ausência de clareza sobre suas metas futuras e as escolhas de cursos e profissões.

Nesse turbilhão de situações complicadas, em 2017, foi criado o Novo Ensino Médio (NEM). O objetivo parecia, inicialmente, positivo, mas tudo não passou de um engano. A ideia era aliar as necessidades dos alunos com os anseios do mercado, diversificando a formação dos alunos e oferecendo maior autonomia na escolha de seus trajetos de aprendizado. Com uma proposta de currículo flexível, composta pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e itinerários formativos, a reforma buscava permitir que os alunos se aprofundassem em áreas de interesse pessoal, além de aumentar a carga horária mínima de 2.400 para 3.000 horas ao longo do ensino médio. Essa estrutura também buscou integrar o ensino médio com a educação profissional, permitindo que os alunos se formassem em áreas técnicas enquanto completavam o currículo regular.

Como mencionado anteriormente, embora as premissas do Novo Ensino Médio (NEM) parecessem atender às expectativas dos jovens, uma análise mais detalhada revelou um contexto político que influenciou sua implementação. A reforma foi formulada de maneira rápida, em meio a um período histórico tumultuado no Brasil, marcado pelo *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff em 2016. Esse cenário gerou preocupações significativas quanto à ausência de um debate adequado com a sociedade sobre uma mudança tão relevante na política educacional, a qual foi introduzida por meio de uma Medida Provisória em um momento de grande instabilidade no país.

Em 22 de setembro de 2016, passados exatos 22 dias da posse definitiva de Michel Temer como presidente da República, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em um processo conturbado e carregado de dúvidas sobre sua legalidade e legitimidade que o levou a ser chamado de golpe, é exarada a Medida Provisória (MP) nº 746/2016. Conforme descrito na Exposição de Motivos, o texto encaminhado ao Congresso Nacional almejava dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio, ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Ferreti; Silva, 2017, p. 386).

A reforma rapidamente se tornou polêmica entre os professores, autoridades, pesquisadores e demais profissionais da educação, especialmente pelo caráter de urgência

estabelecido na sua implantação. Entretanto, uma análise mais aprofundada pode fornecer pistas valiosas para uma reflexão problematizadora da questão do Novo Ensino Médio, tais como: a que interesses uma reforma dessa importância deseja atender, ao ser estabelecida sem o devido debate com a sociedade? Como já comentado, Darcy Ribeiro, sociólogo e educador brasileiro, alertava para uma organização do Estado brasileiro que favorecia aos interesses das elites nacionais e internacionais. O presente é uma repetição do passado, pois o *modus operandi* em nada mudou.

O problema não é a reforma do Ensino Médio em si, mas os interesses a que ela atende, ou seja, os interesses do mercado e do capital. Dividir a educação básica em trilhas formativas, em um primeiro momento, pode parecer uma ajuda aos alunos para encontrarem motivação para estudar, fazendo escolhas de futuro mais acertadas; mas, em uma realidade como a nossa, conforme relatado por Daniel Cara, responsável pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (*apud* Ferreti; Silva, 2017, p. 395), cerca de 3.000 municípios possuem apenas uma escola de Ensino Médio. Assim, dividir a formação em trilhas e desobrigar os alunos de certas disciplinas como filosofia, sociologia e artes pode significar um atentado velado à formação do pensamento crítico, visando formar apenas para o mercado, um mercado cada vez mais técnico, porém menos ligado às condições da cidadania.

A saída não é conceber um outro sistema, mas olhar para o que já se tem e conjecturar novas possibilidades. O problema do jovem não é aprender o conteúdo oferecido por meio das disciplinas que já são oferecidas, mas a falta de contexto. Se o jovem não encontra contexto em equações complexas, em textos com reflexões filosóficas, em análises sociológicas ou no balanceamento de sistemas da química orgânica, a solução não é deixar de ofertar tais disciplinas ou flexibilizar a oferta. A solução é criar contexto, e o arcabouço teórico pedagógico brasileiro é vasto e rico em formas de como fazer isso dar certo. Não à toa Paulo Freire, para dar apenas um exemplo mais óbvio, é recordado no mundo todo como criador de um modelo pedagógico focado na realidade contextualizada da vida do estudante. É preciso religar conteúdo, vida, tecnologia e ciência como uma amálgama da vida e para vida, caso contrário, os resultados serão sempre desapontadores ou desconectados com o sentido do verdadeiro aprendizado: melhorar e transformar a vida das pessoas.

Considerações finais

Embora pedagogos brasileiros tenham contribuído significativamente para a educação, a implementação dessas ideias em uma transformação profunda enfrenta desafios socioeconômicos, políticos e estruturais. Para que o Brasil se torne uma potência educacional, é necessário superar esses obstáculos com um esforço coordenado, compromisso de longo prazo e valorização da educação no desenvolvimento do país. Esse é o conceito de “projeto de nação”, que vai além do Estado e exige o engajamento de toda a sociedade. Sem esse apoio coletivo, o fracasso continuará a marcar a educação nacional.

A tradição pedagógica no Brasil é marcada pela valorização das culturas locais e pela inclusão de saberes populares no currículo escolar, conforme proposto por muitos educadores. Contudo, se a herança pedagógica brasileira é grande, a contradição que ela desvela é ainda maior. Se o Brasil possui toda essa tradição pedagógica renomada, por que nossa educação vai tão mal? Por quais motivos não conseguimos, como país, implementar tudo o que nossos pedagogos e cientistas da educação produziram e transformar o país numa potência educacional mundial? A resposta é complexa. O país, caracterizado por profundas desigualdades sociais e regionais, reflete essas disparidades em seu sistema educacional. A pobreza, a carência de infraestrutura e a discrepância de recursos entre áreas urbanas e rurais dificultam a implementação de políticas educacionais eficazes e uniformes. Enquanto algumas regiões conseguem adotar práticas pedagógicas avançadas, outras ainda enfrentam problemas estruturais básicos, como a falta de escolas adequadas e de professores pouco qualificados.

Um dos principais obstáculos à melhoria da educação no Brasil é a descontinuidade das políticas educacionais, frequentemente interrompidas ou alteradas com as mudanças de governo. Esse ciclo de interrupções impede a consolidação de projetos de longo prazo, essenciais para transformar o sistema educacional. Mesmo as melhores ideias e reformas são implementadas de forma superficial ou parcial, carecendo do tempo necessário para gerar resultados consistentes. Além disso, embora haja avanços em termos de acesso à educação, o investimento público ainda é insuficiente para assegurar a qualidade necessária em todos os níveis, afetando desde a infraestrutura até a formação e valorização dos docentes. As dificuldades enfrentadas pela profissão docente, como baixa remuneração e condições de trabalho inadequadas, contribuem para a desvalorização do magistério, comprometendo a qualidade do ensino. A burocracia excessiva e a resistência a mudanças nas instituições e na sociedade também dificultam a implementação de novas práticas pedagógicas, que muitas

vezes esbarram em processos lentos e em uma cultura educacional que se apega a métodos tradicionais, mesmo que já obsoletos.

A juventude deseja uma educação com significado, mas a mudança não virá de cima. Ela precisa partir das comunidades, das zonas rurais e urbanas, ancorada nos sonhos e expectativas de crianças, jovens e famílias. É essencial reconstruir a confiança de que a educação é a chave para um futuro melhor, com mais oportunidades e qualidade de vida. No entanto, essa crença deve ser fundamentada em resultados concretos, demonstrando o poder transformador da educação.

O Brasil necessita, de fato, implementar um projeto de Estado para a educação, que seja complexo e ambicioso, mas, ao mesmo tempo, conciso, concreto e com metas claras. É essencial conceber este projeto e investir não apenas recursos financeiros, mas também esforço para garantir que haja fiscalização, direção e cumprimento das diretrizes estabelecidas. É inaceitável que se enfrente a informação recente de que 90% das metas do atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) não foram cumpridas (Brasil, 2015). O balanço realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação revelou que, em 10 anos, apenas 4 das 38 metas foram alcançadas. Esse dado é alarmante e demonstra que o modelo atual não tem funcionado. Portanto, é necessário um projeto educacional de Estado que transcenda a polarização política e se mantenha consistente ao longo dos governos. Caso contrário, outros 10, 20 ou 30 anos poderão passar e a educação brasileira permanecerá estagnada.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Azilde L. O governo Vargas e o equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova. **HISTEDBR**, Faculdade de Educação Unicamp: São Paulo, 2006. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/periodo_era_vargas_intro.html. Acesso em: 28 set. 2024.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar". **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 279–292, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bC4kV7mHZJJpvJS7bnzQQ7x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 05 set. 2024

BRASIL. **Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930**. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 14 nov. 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 set. 2024

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Texto promulgado em 16 de julho de 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>. Acesso em: 7 set. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base – Brasília, DF: Inep, 2015**. Disponível em https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/plan_nacional_de_eduacion_2014-2024_lina_de_base.pdf. Acesso em 05 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC. 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em 05 set. 2024.

CACHOEIRA, Alexandre João; GROBE, Bianca Karine; BONIN, Joel Cesar. Michel Foucault, Escola Sem Partido e o Recrudescimento Moral de um novo “Vigiar E Punir”. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 414–448, 2023. DOI: 10.56267/rdtps.v9i16.15190. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/15190>. Acesso em: 09 set. 2024.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 444–460, jul. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/FwKt39SvPW36Thr993KRrF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2024

FERREIRA, Igor; GOMES, Irene. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. **Agência IBGE Notícias**, 07 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste#:~:text=Em%202022%2C%20entre%20as%20pessoas,chegava%20a%2023%2C%25>. Acesso em: 06 set. 2024.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio contexto da medida provisória Nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW3FTtfSsKTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2024

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

QEDU. **Retrato das Juventudes. Juventudes e trabalho**. 2023. Disponível em <https://juventudesetrabalho.qedu.org.br/retrato-das-juventudes/>. Acesso em: 02 set. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **Ensaio Insólitos**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. de Luiz João Baraúna: São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TOKARNIA, Mariana. Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020>. Acesso em: 02 set. 2024.

WILSON, Sybil. E. A educação abre as portas para um mundo melhor. **Educação**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/8853>. Acesso em: 05 set. 2024.

Credit Author Statement

Reconhecimentos: Reconhecimento e agradecimento pelo apoio das bolsas da CAPES e FAPESC, Estado de Santa Catarina (**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA FAPESC/CAPES Nº 06/2023**) pela ajuda de custos e pelo fomento à pesquisa na área de Educação e Ciências Humanas.

Financiamento: Edital de chamada pública FAPESC/CAPES n.º 06/2023.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não foi necessário pois o artigo se baseia em dados públicos e não houve entrevistas ou intervenções pessoais.

Disponibilidade de dados e material: São todos de acesso público e os links estão disponíveis.

Contribuições dos autores: Alexandre João Cachoeira é o autor principal, sendo efetivamente o escritor mais importante do trabalho aqui apresentado, sendo de sua responsabilidade a conceitualização, metodologia e análise dos dados. Joel Cezar Bonin ficou responsável pela elaboração da revisão textual em termos ortográficos e de normas da ABNT e na colaboração do encaminhamento do artigo para a Revista Nuances com a devida adequação necessária e Leonardo Aparecido de Lima da Silva colaborou com a elaboração de alguns dados referentes à interpretação das informações do site QEdU e com as considerações finais, sendo sua função a preparação visual dos dados, a captação de financiamento e a última revisão final.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

